

Relevância e atualidade do Contestado na historiografia nacional. Reavaliando um velho livro de Duglas Teixeira Monteiro¹

Vicente Dobroruka

Professor de História Antiga, Universidade de Brasília

Doutor em Teologia, Oxford

Diz-se - não sem razão - que os grandes livros, os que nos marcam de verdade, não devem ser relidos; perdem seu impacto a cada visita, quando não nos fazem enrubescer com a euforia pretérita que, anos depois, soa imatura.

Mesmo correndo o risco, dispus-me ao reencontro com *Os errantes do novo século*, de Duglas Teixeira Monteiro². Meu entusiasmo pelo livro em nada arrefeceu, mas achei que deveria reavaliá-lo e desenvolver, em forma de artigo, alguns de seus vínculos teóricos e sua importância no quadro geral da historiografia brasileira.

Em 1974 foi publicado o livro de Duglas Teixeira Monteiro³; paralelamente, como decorrência do recrudescimento do regime após o AI-5 e em pleno governo Médici, a historiografia nacional caminhava para uma radicalização crescente. Talvez a obrigatoriedade da militância por parte do historiador só viesse a ser questionada com a redemocratização e, em definitivo, com a derrota do PT nas eleições presidenciais de 1989, a queda do muro de Berlim e as quebras sucessivas de regimes socialistas no fim dos anos 80. Mais de uma vez ouvi colegas de graduação dizerem que “estavam estudando história para fazer a revolução”, que o historiador está “naturalmente” obrigado a ser de esquerda etc., isso ainda em princípios dos anos 90.

Mas nessa época a tradição historiográfica francesa mais recente já havia feito escola entre nós, seus livros vendiam como pão e muitos aprendizes do *métier* já não se sentiam obrigados à militância⁴. Conhecida genericamente como “nova história” ou, de modo mais

¹ As citações bíblicas foram tiradas da *Bíblia de Jerusalém* (São Paulo: Edições Paulinas, 1985), as de pseudépígrafos da edição de James Charlesworth (*The Old Testament Pseudepigrapha*. New York: Doubleday, 2 volumes. 1983-1985) e as de Josefo da edição da Loeb Classical Library.

² São Paulo: Duas Cidades, 1974. A edição, além de esgotada, é precária: este é um dos clássicos da historiografia brasileira que estão fazendo por merecer uma reedição - e não apenas uma nova tiragem.

³ Originalmente, o livro foi tese de doutoramento do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, defendida em 09/03/1973, sob a orientação do Prof.Dr. Azis Simão.

⁴ O que gerou o inconformismo de setores da intelectualidade, nacional e estrangeira, saudosos dos dias em que historiografia e militância andavam juntas; cf. por exemplo a “denúncia” de François Dosse. *A história em migalhas. Dos Annales à Nova História*. Campinas: Unicamp, 1994, ou os ataques virulentos de Ciro Flamaron Cardoso a Paul Veyne em *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. Pp.93 ss.

vulgar e impreciso como “história das mentalidades”, suas obras muitas vezes nem eram recentes. Em alguns casos eram cinquentenárias - pensemos na *Sociedade feudal* de Marc Bloch ou em *Maomé e Carlos Magno*, de Henri Pirenne, ambos com traduções portuguesas acessíveis havia mais de uma década.

Seja como for, a tendência esquerdizante - eventualmente revolucionária - da historiografia nacional era algo evidente e inquestionável em 1974. No caso específico dos movimentos messiânicos brasileiros, era desde o pós-guerra uma tendência bem atestada, com direito inclusive a citações não-autorizadas de Engels⁵.

Como define com propriedade o Prof. José Calasans, são três os momentos da historiografia nacional sobre os movimentos messiânicos (e por extensão, do Contestado): um primeiro “euclidiano”, em que se opõem as luzes iluministas da República ao fanatismo obscurantista colonial, responsável pelos surtos de messianismo; um segundo em que se entendem os movimentos messiânicos como expressão dos conflitos de classe no campo; e por fim o momento atual (últimos vinte anos, talvez), em que os movimentos messiânicos são entendidos a partir de suas próprias referências culturais. Duglas Teixeira Monteiro pareceu-me genial no começo dos anos 90 (quando o li pela primeira vez) exatamente por não seguir o modismo marxista dos anos 70, e já exibir características metodológicas que seriam praxe historiográfica apenas duas décadas depois. Lido hoje, seu livro sobre o Contestado mostra-se ainda mais admirável.

No panorama historiográfico, o Contestado sempre foi o “primo pobre” com relação à abundante bibliografia sobre Canudos. Esse menor volume historiográfico explica-se, em meu entender, por duas razões básicas: a região em questão é de colonização mais tardia, e a Guerra do Contestado não teve um Euclides da Cunha como cronista.

Em linhas gerais, aplico a divisão trifásica de José Calasans aos estudos sobre o Contestado, embora eles sejam, como já disse, bem menos numerosos. Devo dizer de começo que este artigo não pretende ser uma revisão de toda a historiografia sobre a Guerra do Contestado, mas apenas um comentário sobre a obra de Duglas Teixeira Monteiro. Referências a outros trabalhos serão feitas apenas na medida em que tal se impuser como necessário para o entendimento dos *Errantes do novo século*.

⁵ O impacto da entrevista de Samuel Wainer com Dilermando de Assis, assassino de Euclides da Cunha, é característico do peso dado aos *Sertões* pelo PCB; Wainer ficou malvisto ao apresentar um retrato simpático do carrasco de um dos ícones do Partido. Cf. Samuel Wainer. *Minha razão de viver*. Rio de Janeiro: Record, 1987. P.63.

A pseudociência criminológica gerou derivações insuspeitas na primeira fase da historiografia sobre os movimentos messiânicos nacionais: o “fanatismo” dos “caboclos” podia estar associado a degenerescências físicas, explicadas talvez pela mestiçagem - o sertanejo forte é o antípoda do degenerado mestiço litorâneo⁶. Tal tipo de estudo está intimamente ligado a Canudos, onde a cabeça de Antônio Conselheiro foi objeto de medição craniométrica por Nina Rodrigues - que não a considerou em nada excepcional, “[sendo,] pois, crânio normal”⁷. Patologia individual dos místicos ou coletiva dos sertanejos: eis um tema que marcou fortemente a primeira historiografia nacional sobre os movimentos messiânicos.

No caso do Contestado, os autores mais importantes a examinarem a “aberração do fanatismo sertanejo” (ou seja, a adotarem enfoques “médicos”) são Geraldo Pauwels (“Contribuição para o estudo do fanatismo no sertão sul brasileiro” in: *Revista de Philologia e de História*. Tomo II, fascículo II, 1933. Rio de Janeiro. Pp.186-211), Demerval Peixoto (pseud. de Crivelaro Marcial) (*A campanha do Contestado*. Rio de Janeiro: 2º milheiro, 1920 com nova edição de 1995) e Aujor Ávila da Luz - médico legista autor de *Os fanáticos - crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos*. /s.n.t./, 1952, edição precária tratando do tema do Contestado em termos de higiene social e com pretensões euclidianas⁸. Eles se abstêm do exame craniométrico mas não deixam de examinar a sociedade geradora do messianismo com a mesma soberba do legista.

Um livro que se destaca na bibliografia sobre o Contestado anterior à década de 70 é o estudo de Oswaldo Cabral sobre a figura do monge sertanejo. Não cabe aqui falar em “biografias” de João Maria (houve dois indivíduos de mesmo nome, cujas personalidades em parte se sobrepõem) ou de José Maria. Embora o livro de Cabral não tenha nada da sofisticação teórica de Douglas, ao menos representou um esforço no sentido de tentar entender simpaticamente os valores e práticas dos sertanejos dos redutos⁹. Cabral mantém algo do “olhar superior” do letrado litorâneo sobre o caboclo ignorante, mas, por comparação com estudos anteriores, seu livro representa um grande avanço em termos de esforço interpretativo.

⁶ Euclides da Cunha. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954. P.101.

⁷ Nina Rodrigues. “A loucura das multidões” in: *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. P.131.

⁸ O próprio índice do livro de Luz é indicativo da imitação pretendida dos *Sertões* - 1. A terra, 2. A história, 3. O homem e assim por diante.

⁹ *João Maria – Interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

Segundo Cabral, a atribuição de excessiva importância à religião como causa da guerra deveu-se exclusivamente ao desejo de imitar o texto euclidiano sobre Canudos. A simplicidade dessa explicação exige ainda do conhecimento efetivo da realidade histórico-social do sertanejo, e à semelhança de Antônio Conselheiro, João Maria não era homem contrário à religião oficial, sendo mesmo venerado como santo até a época do autor, nos sertões do Sul¹⁰. E como fermento dessa massa predisposta ao levante o autor coloca a questão de limites entre Santa Catarina e Paraná, da qual faz um levantamento exaustivo de documentos que remontam aos tempos coloniais. Todavia, a questão fronteiriça não é em si mesma o atizador da revolta, mas faz apenas com que a expulsão dos seguidores de José Maria, o terceiro monge, seja entendida como invasão catarinense pelos habitantes do Paraná.

Tais são, em linhas gerais, as explicações consideradas pertinentes por Cabral para explicar o levante do Contestado. O monarquismo, bem atestado num dos documentos mais interessantes da história brasileira, é descartado por Cabral como “farsa burlesca”; o caboclo não tinha condição nem interesse em divagar sobre temas tão abstratos (curiosa evocação de idéia euclidiana acerca da inépcia intelectual do sertanejo do Nordeste¹¹). A carta monarquista vem assinada por um certo “Dom” Manoel Alves de Assunção Rocha:

Carta aberta à Nação -

Eu, D.Manoel Alves de Assunção Rocha, aclamado imperador constitucional da Monarquia Sul Brasileira¹², em 1º de agosto do corrente ano [1914], com sede no reduto de Taquaruçu do Bom Sucesso, convido a nação para lutar para o completo extermínio do decaído governo republicano, que durante 26 anos infelicitou esta pobre terra, trazendo o descrédito, a bancarrota, a corrupção dos homens e, finalmente, o desmembramento da pátria comum.

Comprometo-me:

1. *Em pouco tempo a eliminar o último soldado republicano do território da Monarquia, que compreende as três províncias do sul do Brasil - Rio Grande, Santa Catarina e Paraná;*
2. *Para o futuro, anexar ao Império o Estado Oriental do Uruguay, antiga Província Cisplatina;*
3. *[...]*
4. *Dar ao país uma Constituição completamente liberal;*
5. *Reduzir os impostos de exportação e importação e bem assim estabelecer o livre câmbio dentro do território do Império;*
6. *Fazer respeitar meus súditos, logo que me seja possível, em qualquer ponto do planeta;*

¹⁰ Idem, pp.5-8.

¹¹ Cabral, op.cit. p.14 e Cunha, op.cit. p.181.

¹² Referência curiosa a duas tradições distintas, a monárquica e a separatista.

7-15. [...]

16. *A religião oficial será a católica apostólica romana*

17. *Liberdade de culto*

18-23. [...]

24. *A criação do exército aviador que atualmente está dando resultado na guerra européia*

25-30. [...]

Viva a Monarquia Sul Brasileira! Deus guarde e vele pela Monarquia! Reduto do Taquaruçu do Bom Sucesso, em 5 de agosto de 1914.

*O Imperador Constitucional da Monarquia Sul Brasileira - D.Manuel Alves de Assunção Rocha*¹³.

Mesmo os tons de ópera-bufa que a proclamação exhibe devem ser levados em conta – mesmo como farsa, fundamenta-se em representações do mundo que não são aleatórias. Os temas que o “imperador constitucional” evoca não são, em si mesmos, risíveis. Pelo contrário, é surpreendente o interesse pela aviação no começo da Primeira Grande Guerra, quando seu uso ainda estava longe de ser unânime entre os militares europeus; igualmente, a dupla alusão ao catolicismo como religião de Estado e à tolerância religiosa informa o conhecimento (enviezado, por certo) que nosso “imperador” tinha de algumas questões ligadas à derrocada da monarquia. O que dá a proclamação o tom cômico é a costura afoita de todos esses elementos; de qualquer maneira, o uso e persistência da tradição monárquica nos sertões do Nordeste ou do Sul não são em si mesmos ingredientes de comédia. E, reforçada pela associação com a monarquia carolíngia da gesta de cordel, a idéia monárquica será um dos identificadores mais claros dos sertanejos do Contestado, como veremos adiante.

Em linhas gerais, do ponto de vista da evidência documental não há discordâncias quanto ao fato da tradição dos “monges” no sertão do Contestado envolver três indivíduos distintos, cuja descrição segue abaixo.

O primeiro monge da série foi João Maria de Agostini, de quem se sabe ter estado ativo na metade final do séc.XIX; ele nasceu no Piemonte em 1801. Embora a informação a seu respeito seja escassa, veio para o Brasil e esteve no Pará, donde foi para o Rio de Janeiro em 19/08/1844 no vapor *Imperatriz*, e esteve ativo na região de Sorocaba: asceta que parece ter morrido ou desaparecido após 1870, não constituiu problema para a Igreja e teve reputação de santidade¹⁴.

¹³ Cabral, op.cit. pp.223-225.

¹⁴ Idem, p.107 ss.

O segundo monge é João Maria de Jesus, que inicia seu “ciclo messiânico” após 1890: de origem mais incerta, pode ter sido um sírio de nome Atanás Marcaf, de origem francesa (a informação é dada pelo Cel. J.O. Pinto Soares em *Guerra em sertões brasileiros*, mas não cita a fonte; esse monge identificava-se como tendo vindo “do mar” e de Montevidéu. Também deixou atrás de si reputação de santo: este é o que consta das estampas com foto do “monge”, embora, considerando-se que a legenda das fotos fale de um profeta com 188 anos, há uma clara identificação do primeiro com o segundo João Maria. Este último foi mais propenso à ação e mais contundente em seu profetismo, não hesitando em apoiar os federalistas do Sul¹⁵.

O derradeiro componente da seqüência não se identifica por João, mas tem por nome José Maria; aparentemente tratou-se de um simples bandido rural que se aproveitou da crença nos monges que lhe antecederam. Surgiu por volta de 1911, em Campos Novos (Santa Catarina), na região conhecida por Faxinal dos Padilhas. Seu nome de nascença era Miguel Lucena de Boaventura. Fora soldado do Exército ou da Força Policial do Paraná, e parece ter desertado. Ao contrário dos outros dois, não se notabilizara pela prática da virtude. Mas é com ele que encontramos pela primeira vez explicitada a vinculação sertaneja com a gesta carolíngia, de que falarei mais adiante¹⁶.

Estes são portanto os três indivíduos que prepararam o caboclo do Sul para um tipo de religiosidade que, em suas diferenças para com o catolicismo oficial e desconfiança quanto ao Estado republicano, o lançariam na guerra aberta contra o governo central ente 1912 e 1916. O livro de Duglas Teixeira Monteiro presta escassa atenção aos aspectos factuais da guerra, nem é propósito do autor discuti-los: uma das muitas novidades introduzidas por Duglas foi o tratamento dado aos monges, cuja ação e identidade ele enxerga em ótica singular.

A questão da identidade dos monges está bem definida do ponto de vista factual: são três personalidades distintas, das quais as duas primeiras parecem guardar maior semelhança entre si do que com a última. A novidade no tratamento dado por Duglas Teixeira Monteiro ao problema reside precisamente no fato dele não enveredar pelo anedotário individual (Oswaldo Cabral já fizera isso com precisão documental difícil de ser superada), mas em termos de uma “identidade corporativa” entre os três. Dito de outra

¹⁵ Idem, p.159 ss.

¹⁶ Idem, p.179 ss.

maneira, importa menos saber quem foi cada um com exatidão episódica do que identificar o que possuem em comum, e como sua memória foi apropriada pelos sertanejos.

A esse respeito, cito um trabalho importante no campo dos estudos sobre a apocalíptica, de David Syme Russell. Para ele, falando da questão da pseudonímia nos apocalipses judaicos, parece existir uma “unidade corporativa”, composta pela “identidade” entre um indivíduo e membros do seu grupo e pela “contemporaneidade” (dois eventos distantes no tempo percebidos como um só em função de sua semelhança). A pseudonímia era fenômeno bastante comum em todo o mundo helenístico e entre os judeus; podia mesmo tratar-se de mera convenção literária¹⁷. O recurso, em termos da autoria compartilhada de textos, não ocorre no Contestado, e seria leviano transpor aqui a análise de Russell sem maiores cuidados. Todavia, fica a impressão, no comentário de Monteiro, que a sofisticação de sua análise encontra paralelos em campos de pesquisa semelhantes¹⁸.

Como argumento factual importante em favor da idéia da associação dos três monges numa só pessoa por parte dos sertanejos, citemos as “Normas estatuídas por Wolland”¹⁹, um dos documentos transcritos por Monteiro ao final dos *Errantes*:

1. Em horas de folma [forma], para ficar serio para não rir-se nem falar nem fumar e só tratar da oração em boa-fé.

[...]

*7. E fé em Deus S. Sebastião [sic] e João José [sic] Maria de Agostinho, todo serviço éleviano [sic]*²⁰

As superposições e simbioses de personagens abundam entre os sertanejos: os três monges juntam-se num só, mesmo reconhecendo-se aqui, de algum modo, a diferença entre os nomes de João e de José, mas adotando-se o sobrenome do primeiro. Dom Sebastião confunde-se com o mártir cristão, São Sebastião (confusão presente também em Canudos). A lembrança dos monges na memória popular parece estar bem viva ainda hoje, e tão confusa quanto na década de 10 do último século²¹.

¹⁷ *Divine Disclosure: An Introduction to Jewish Apocalyptic*. Minneapolis: Fortress Press, 1992. P.67 ss.

¹⁸ Monteiro, op.cit. pp.116-117.

¹⁹ Henrique Wolland, participante ativo da guerra ao lado dos sertanejos, de origem alemã.

²⁰ Monteiro, op.cit. p.263.

²¹ Sobre o tema é de se notar a entrevista com o pesquisador Nilson Thomé, na qual o entrevistado fornece abundantes exemplos da persistência do culto aos monges, ainda em 1997, no sertão do Sul. Thomé afirma que os valores ligados à crença nos monges “[...] não são antagônicos, por exemplo, aos valores da religião católica. O João Maria continua sendo o santo dessa gente. O avô cultuou o santo, o pai também e isto se transmite de geração a geração. O Santo João Maria, portanto, existe nos dias atuais, é o santo dessa região”.

Ainda com relação ao papel dos monges no sertão, Duglas Teixeira Monteiro entende que sua ação revela grande autonomia, possível na rarefação de clérigos no interior (são poucos à época da guerra; com frequência trata-se de estrangeiros de quem até as crianças caçoam²²). Além da ausência das autoridades eclesiais, o monge beneficia-se ainda da crise do mandonismo local que afeta as relações tradicionais, incluídas aí aquelas mantidas com o clero. Acrescente-se a isso que

*Essa autonomia [...] manifestava-se e manifesta-se ainda hoje, se bem que em menor grau, através de práticas mágico-religiosas ligadas ao tratamento de moléstias, a recursos de autodefesa e proteção, e à tradição das festas dos padroeiros locais*²³.

Creio que é na análise do papel dos monges associando sua inserção alternativa ao quadro geral de crise nas relações tradicionais que reside grande parte do mérito e da originalidade da obra de Duglas Teixeira Monteiro.

Não vem ao caso discutir aqui os interlocutores de Monteiro à época do lançamento de seu livro; devo lembrar apenas que a análise mais sofisticada do fenômeno, naquela época, era a que se podia encontrar no livro de Maria Isaura Pereira de Queiroz, já citado anteriormente. Obra seminal e reconhecida internacionalmente – já dizia um de meus professores de graduação que talvez fosse mais lúcida e abrangente do que o livro de Norman Cohn, surgido aproximadamente na mesma época. De todo modo, Maria Isaura Pereira de Queiroz ocupa-se do milenarismo como fenômeno geral, detendo-se nos casos particulares quando estes podem informar algo à argumentação teórica do livro. Duglas Teixeira Monteiro ocupa-se monograficamente do tema do Contestado, o que lhe confere grandes vantagens – entre outras a de poder aprofundar temas que Maria Isaura Pereira de Queiroz apenas levanta, como o do caráter lúdico da guerra, do ponto de vista dos sertanejos revoltados.

Os principais autores que haviam tratado do Contestado, anteriormente a Duglas, são o já citado Oswaldo Cabral e Maurício Vinhas de Queiroz. Este último também deixou obra fundamental para o entendimento do surto milenarista do Contestado, particularmente

Cf. A Notícia – Especial - Internet
[<http://adframe.br.starmedia.com/anoticia/frameset.htm?http://www.an.com.br/grande/thome/index.htm>].

²² Cf. Cabral, op.cit. p.67. Euclides da Cunha também deixou um quadro irônico da ação dos monges que haviam anunciado o fim do mundo em mau português, mau latim e mau italiano. Cf. Cunha, op.cit. p.130.

²³ Monteiro, op.cit. p.81.

no que respeita à recolha de documentos escritos e depoimentos²⁴. Mas também no seu caso a originalidade teórica fica a dever ao esforço que Duglas realizaria menos de dez anos depois.

São esses os principais interlocutores de Duglas Teixeira Monteiro em 1974. Seu livro apresenta uma densidade inversamente proporcional à extensão da bibliografia. Essencialmente, Duglas trata de rejeitar as abordagens da guerra em termos da “malignidade essencial” dos “fanáticos”; talvez por isso Demerval Peixoto e Geraldo Pauwels tenham pouco espaço na obra de Duglas. Por outro lado, do ponto de vista factual havia pouco a acrescentar – o texto de Duglas é essencialmente uma releitura da guerra do ponto de vista dos sertanejos²⁵. A novidade se dá precisamente pelos autores que Duglas combina no enfoque da guerra: Jung e Huizinga, para citar os que me pareceram mais relevantes. Aos dois poderíamos acrescentar Mannheim, Weber, Goldmann, Eliade, Ricoeur e muitos outros; no entanto, considero que o peso de Jung e Huizinga é grande o bastante para eles merecerem algo mais que um registro *en passant*.

Os errantes do Novo Século são uma leitura da ação sertaneja no Contestado em termos de sistema simbólico. Ao esquematismo euclidiano que opõe as luzes da razão ao obscurantismo da religiosidade (esquema já bem desgastado na década de 70, diga-se de passagem), Duglas propõe a alternativa de entender os sertanejos *from the native's point of view*. E tendo de lidar com material tão complexo como as representações coletivas concentradas no cordel sobre a gesta carolíngia, Duglas recorre ao entendimento junguiano dos símbolos. Confesso que é uma das partes mais ligeiras e menos satisfatórias do texto de Duglas – aqui como em todos os casos em que se trata de verificar permanências de longa duração em sociedades iletradas ou que carecem de quantidade significativa de registros escritos, a opção pela continuidade estrutural é muitas vezes a saída de emergência. De todo modo, Duglas critica a utilização de Jung para entender as semelhanças da noção sertaneja de “guerra santa” com seus paralelos na Antigüidade; a idéia central de Duglas é estabelecer um paralelo entre a rejeição do mundo físico pela

²⁴ *Messianismo e conflito social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. São Paulo: Ática, 1981. Duglas dedica uma parte importante do livro ao “diálogo com outros intérpretes”, dos quais Laís Mourão Sá, Maurício Vinhas de Queiroz e Maria Isaura Pereira de Queiroz são os mais importantes. Cf. Monteiro, op.cit. pp.181 ss.

²⁵ Um autor inteligente poderia se dispor a fazer algo semelhante do ponto de vista dos vencedores.

“ordem” sertaneja e o combate sagrado dos israelitas contra seus inimigos²⁶. Mesmo na ausência de uma derivação direta comprovável, nos diz Duglas que

É desnecessário recorrer a uma noção de arquétipo como a de Jung para explicar as ressonâncias arcaicas da ‘teologia’ da irmandade. Basta que se considere a possibilidade de que, confrontados com uma conjuntura extremamente crítica, esses homens, que dispunham de um patrimônio de representações coletivas, assistemático, mas radicado na tradição cristã, foram forçados a recolocar o problema do mal e da salvação [...] no entanto, a posição do Inimigo é inequívoca – é a síntese simbólica do mundo secular dentro do qual está ilhada a irmandade²⁷.

Se Duglas se detivesse aqui, seu livro não teria nada a acrescentar à discussão sobre o Contestado. É o esforço no sentido de entender esse “mundo simbólico” dos sertanejos e, na medida do possível, mapear suas origens, que dá o tom característico da crítica de Duglas a Jung. O trecho citado de *Arquétipos e inconsciente coletivo* não poderia ser mais contrário à antropologia dos *Errantes*:

No meu ponto de vista, é um grande erro admitir que a alma do recém-nascido é uma tábua rasa e afirmar em conseqüência que nela não exista absolutamente nada. Posto que a criança vem ao mundo com um cérebro predeterminado por herança e diferenciado [...] Pode-se comprovar que essas disposições são instintos e pré-formações herdadas [...] São os arquétipos. Os arquétipos assinalam caminhos determinados a toda atividade da fantasia e produzem desse modo assombrosos paralelos mitológicos, tanto nas criações da fantasia onírica infantil como nos delírios da esquizofrenia [...] Não se trata então de representações herdadas mas de possibilidades de representações [...] Mas assim como os arquétipos aparecem como mitos na história dos povos, também se encontram em cada indivíduo e exercem sua ação mais intensa, ou seja, tornam a realidade mais antropomórfica, ali onde a coerência é menor ou mais fraca e onde pode então a fantasia dominar os dados do mundo exterior²⁸.

A desconfiança de Duglas é compreensível: ao falar da irmandade escatológica dos sertanejos do Contestado não se trata de crianças nem de esquizofrênicos, e a noção de arquétipo junguiana acaba sendo apenas um modo particularmente sofisticado de exilar o Contestado de nosso entendimento.

²⁶ Devo dizer que são as páginas menos satisfatórias da obra de Duglas – o recuo até o mundo do Antigo Testamento é feito sem grande cuidado e com bibliografia algo aleatória. Cf. Monteiro, op.cit. pp.173 ss.

²⁷ Idem, p.178.

²⁸ Cito a edição em espanhol por ter sido a mesma utilizada por Duglas. Cf. Carl Gustav Jung, *Arquetipos e inconsciente colectivo*. Buenos Aires: Paidós, 1970. Pp.62-63.

Todavia, é na percepção da guerra do Contestado como “jogo”, por parte de seus participantes, que reside grande parte da originalidade da análise de Duglas. Sendo o Contestado episódio inequivocamente colorido por expectativas messiânicas (ao contrário de Canudos, onde é assunto controverso), a atividade econômica dos sertanejos não foi contínua nem normal, notabilizando-se, ao contrário, pelo saque e desperdício. Em perspectiva centrada nos valores litorâneos, republicanos e racionais isto constitui mais uma prova, portanto, do erro essencial em que viviam os rebeldes do Contestado.

Duglas, no entanto, supera a infantilização de seu objeto e mostra que o entendimento da guerra sertaneja em termos lúdicos nada tem de pueril. Ao contrário, ressalta a idéia de que, para os rebeldes do Contestado, havia se inaugurado um “tempo de exceção” – onde tudo era permitido num mundo que vivia seu fim iminente²⁹. Esse “tempo” Duglas procurou entender com o apoio maciço das idéias de Caillois, Eliade e Huizinga; as citações dos dois primeiros são mais freqüentes, porém me parece que o peso teórico do último é muito maior.

O entendimento da guerra do Contestado em termos lúdicos supõe uma premissa anterior, a de que os valores e práticas dos sertanejos constituem um sistema simbólico que, sendo diferente, nem por isso é absurdo a ponto de não se poder compreendê-lo. E é como sistema simbólico que o jogo, a guerra e a religião são abordados nos *Errantes*: aqui tal como na análise de Huizinga, as esferas do bélico e do sagrado se confundem, sendo ambos entendidos como atividade lúdica³⁰.

Huizinga parte da tese, ousada pelos padrões de 1938 (data da conclusão do seu livro que nos interessa aqui), de que o homem, mais que racional, deve ser definido como animal que joga.

O jogo é fato mais antigo que a cultura [sic], pois esta, mesmo em suas definições menos rigorosas, pressupõe sempre a sociedade humana; mas, os animais não esperaram que os homens os iniciassem na atividade lúdica [...] Os animais brincam tal como os homens [...] mesmo em suas formas mais simples, ao nível animal, o jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou um reflexo psicológico. Ultrapassa os limites da atividade puramente física ou biológica. É uma função significante, isto é, encerra um determinado sentido³¹. [grifos meus]

²⁹ Monteiro, op.cit. p.135.

³⁰ Johan Huizinga. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

³¹ Idem, pp.3-4.

Huizinga supõe igualmente que o jogo, longe de ser atividade infantil e necessariamente ligada ao riso, pode ser elemento fundamental da atividade cultural de adultos normais; não há porque considerar a contemplação do maravilhoso, como no Contestado, como traço de retardo no desenvolvimento social³².

No Contestado, o elemento lúdico por excelência é a transposição da gesta carolíngia para o campo de batalha; a tropa conhecida como os *Doze Pares de França* são a encarnação mesma do lúdico na guerra. Lutam com facões, o que deve ter sido inútil, em termos técnicos, contra a guerra altamente mecanizada que o governo lhes movia. Duglas salienta, no entanto, que na perspectiva lúdico-reencantatória dos sertanejos, esse era o “modo correto de combater. Um modo ritualizado, inconveniente do ponto de vista prático, mas necessário e compreensível dentro do mundo criado pela *irmandade*”³³. Mais do que jogo, o reencantamento do mundo promovido pelos sertanejos faz supor também a idéia de “festa”: aqui também Duglas apropria-se das idéias huizinguianas, derivadas por sua vez da análise de Karl Kerényi³⁴. Jogo e festa são, antes de tudo, atividades significantes, que remetem a conceitos e dotam o mundo de significado. É nesses termos que Duglas de utilizou do *homo ludens* huizinguiano para entender o homem do Contestado.

Em suma, o entendimento da remitificação que anima a peleja do lado dos sertanejos é bastante sofisticado em Duglas, ainda que dispensando o instrumental junguiano; a referência a Paul Ricoeur resume a posição de Monteiro sobre o assunto.

*Em certo sentido, somente [o homem moderno] pode reconhecer o mito enquanto mito, porque somente ele atingiu o ponto no qual história e mito se separaram; esta ‘crise’, esta decisão, a partir da qual mito e história se dissociam, pode significar a perda da dimensão mítica; com o tempo o mito não pode mais ser coordenado com o tempo dos eventos ‘históricos’ [...] somos tentados a entregar-nos a uma radical demitização de todo o nosso pensamento. Mas uma outra possibilidade nos é oferecida: precisamente porque vivemos e pensamos após a separação entre mito e história, a demitização de nossa história pode tornar-se o avesso de uma compreensão do mito enquanto mito, e a conquista, pela primeira vez na história da cultura, da dimensão mítica*³⁵.

³² Parece-me que toda a análise que põe ênfase no tema da “imaturidade” da expectativa sertaneja não faz mais que reeditar o preconceito comtiano da superação da religião pela ciência. Cf. Huizinga, op.cit. p.8.

³³ Monteiro, op.cit. p.135. Cf. ainda o Depoimento III, recolhido junto com outros por Duglas ao final do livro.

³⁴ “Vom Wesen des Festes” in: *Paideuma. Mitteilungen zur Kulturkunde*. I Heft 2 (dez. 1938). Pp.59-74, cit. por Huizinga, op.cit. p.25.

³⁵ *Finitude et culpabilité. II. La symbolique du mal*. Paris: Aubier, 1963. Pp.153-154, cit. por Monteiro, op.cit. p.125.

Duglas não consegue opor, como parecia tão simples a Euclides, o mito à história. Sabe que ambos incidem sobre o mesmo fenômeno, a apreciação do fluxo do tempo e seu sentido, e que a distinção entre ambos pode ser muito mais de intensidade que de essência. No caso do Contestado, se formos levar a sério o papel da gesta carolíngia, não há como estabelecer clivagens rígidas, sob pena de tratarmos os sertanejos como mentalmente incapazes.

Portanto, nos termos do que foi discutido acima, temos como eixos tradicionais para o estudo do Contestado, antes da obra de Duglas Teixeira Monteiro: em primeiro lugar a vida (ou melhor, as vidas) de João Maria e de seu sucessor, José Maria, como conduzindo ao fanatismo catalisador da miséria sertaneja (aplicação das idéias de Euclides ao Contestado: Antônio Conselheiro lhe interessa como expoente maior dos erros da colonização, mas é apenas um *case-study* que tem origem semelhante aos demais sertanejos); em segundo, o papel do capital internacional introduzido na área onde iria se originar a guerra; e por fim a questão de limites como originador da luta (a explicação mais falha das três, em minha opinião; a questão de limites elucida o porquê da primeira intervenção armada contra os sertanejos, mas não informa nada acerca de sua mentalidade, valores e razões de conduta).

Sem desprezar as alternativas acima, Duglas oferece uma explicação muito original e, creio, mais satisfatória ao enfatizar o papel do compadrio como elemento determinante na condução da luta: e para além dos laços locais entre fazendeiros e rebeldes, Duglas mostra que o esquema das lealdades hierárquicas transcende os regionalismo e manifesta-se também nas relações dos coronéis com o governo estadual e deste com o governo central, retomando e desenvolvendo algumas idéias de Victor Nunes Leal em seu clássico *Coronelismo, enxada e voto*³⁶.

Leal procura basicamente mostrar que a tradição do mandonismo local na República Velha tem suas raízes no sistema colonial e que, ao contrário das aparências, a Constituição de 1891 não é generosa na autonomia municipal - pelo contrário. Daí resulta uma situação social que, para os sertanejos como os habitantes dos redutos do Contestado implica em que

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nos quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os

³⁶ São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1993.

*únicos favores que a sua existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito à uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural*³⁷.

Duglas retoma o tema da dependência regional em várias passagens do livro: notadamente a intromissão do capital estrangeiro na região, através da construção da ferrovia e da conseqüente desapropriação em larga escala das terras nas suas margens, será um fator de desestabilização e perplexidade para caboclos e coronéis³⁸. Leal resume a tese central de seu livro ao afirmar que

*Ao estudarmos a autonomia municipal no Brasil, verificamos, desde logo, que o problema não é o da autonomia, mas o da falta de autonomia, tão constante tem sido em nossa história [...] o amesquinamento das instituições municipais*³⁹.

De acordo com Duglas Teixeira Monteiro, a ação do “coronel” tende para a esfera privada e a das oligarquias tende para a esfera pública.

*Quando as oligarquias estaduais se vêem envolvidas em projetos econômicos ou administrativos amplos [...] como concessões de terras, negociatas com grupos econômicos nacionais ou estrangeiros, planos de colonização), os chefes locais passam à condição de peões ou, na melhor das hipóteses, de sócios menores em jogadas que os obrigam a pensar muito além do âmbito local e dos vínculos concretos que mantém com suas clientelas*⁴⁰.

Com isso, vai se definindo o papel da entrada de capital estrangeiro, concretamente no caso da *Brazil Railway* que, ao obter a concessão para um trecho ferroviário, efetivamente expulsou de uma área de 15 km em cada margem da ferrovia moradores muito antigos. Como oposição ao antigo século começa o novo - segundo Duglas, não no idílio milenarista dos sertanejos, mas como século do dinheiro, dos negócios, e da

³⁷ Leal, op.cit. p.25.

³⁸ Uma profecia *ex eventu* interessante envolvendo o tema da modernização tecnológica diz respeito ao monge João Maria de Jesus (o segundo João Maria), que teria antecipado, em visões, a vinda da ferrovia e até mesmo a aviação. Esta última teve um impacto muito maior do que se imagina no meio sertanejo: embora a sua utilização na campanha tenha sido irrelevante, foi o primeiro uso operacional de aviões militares no Brasil; e o tema surge não apenas na profecia de João Maria de Jesus como também no manifesto “monarquista” de “Dom” Manoel Alves de Assunção Rocha. Cf. supra, p.XXX e Cabral, op.cit. pp.166-169.

³⁹ Leal, op.cit. p.50.

⁴⁰ Monteiro, op.cit. p.25.

violência crua⁴¹. Tal é bem atestado num trecho bem conhecido de uma carta de um sertanejo, que afirma que

Nós estava em Taquaruçu tratando da noça devoção e não matava nem robava, o Hermes mandou suas força covardemente nos bombardiar onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos tereno que pertence a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estremo disposto a fazer prevalecer os noços direito [sic]⁴².

Seguindo a análise de S.F.Gudeman acerca do *compadrazgo* numa comunidade panamenha⁴³ e de Antônio Augusto Arantes Neto⁴⁴, Douglas vem a enxergar o fenômeno por relação com os processos de secularização; todavia, tem de se deparar com uma dificuldade adicional em sua análise do peso das relações de compadrio no Contestado, o do apadrinhamento interclasse⁴⁵. Nesse quadro, a preferência crescente pelo batismo dos filhos pelo monge, e não mais pelo padre, indicam ruptura⁴⁶ (Douglas evita o termo por considerá-lo pejorativo e focar o lado do governo em detrimento dos rebeldes, e tem certa razão).

Batismo e compadrio, de um modo geral, podem ser vistos como o estabelecimento de uma ponte entre a esfera das coisas profanas e das coisas sagradas [...] Dessa perspectiva, é-se levado a pensar que o processo de desenvolvimento da religião católica rústica no Contestado seguiu um curso de radicalização progressiva, expressa pelas várias modalidades de batismo, culminando na rejeição do batismo eclesiástico⁴⁷.

A ousadia teórica do autor dos *Errantes*, por comparação com o que se escrevia até então sobre os rebeldes (motivados patológica ou economicamente, conforme a maior parte dos comentadores já citados), fica patente na sua leitura de um dos episódios mais cruéis da guerra, o assassinato do próprio padrinho pelo sertanejo Adeodato, famoso pelas façanhas violentas:

⁴¹ Idem, p.31.

⁴² Demerval Peixoto (pseud. de Crivelaro Marcial). *Campanha do Contestado*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995. P.51.

⁴³ *Household, Family and Compadrazgo in a Panamanian Community*. Tese de doutorado, 1969 [sic].

⁴⁴ *Compadrio in Rural Brazil: Structural Analysis of a Ritual Institution*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1970.

⁴⁵ Monteiro, op.cit. pp.60-61.

⁴⁶ Idem, p.70.

*Adeodato [...] fora criado na fazenda de seu padrinho, onde também vivia seu pai. Ali trabalhara como peão e ali se casara. Em certo momento do conflito, liderando um piquete de 300 homens, ataca a propriedade de seu padrinho e ex-patrão. Com ele vai um outro ex-camarada que também tinha sido 'criado da casa'. Fugindo o padrinho para o mato, o afilhado o persegue e assassina*⁴⁸.

Para Duglas, trata-se de ocorrência isolada, na ausência de outras que permitam identificar um padrão, mas não se deve atribuí-la ao caráter facinoroso de Adeodato (os jornais da época falam de sua “normalidade e equilíbrio”⁴⁹); para Duglas, é episódio tão importante que, mais do que quebrar a habitual manutenção dos laços de compadrio mesmo durante o desenrolar das operações, revela a própria lógica interna do movimento. A violência do gesto de Adeodato inaugura um mundo novo, e tão novo que não comporta mais as relações de apadrinhamento passadas.

Tendo em vista o que havia sido produzido de relevante para o estudo do compadrio no Contestado até a obra de Duglas, temos os seguintes grandes eixos teóricos: o patológico, o político e o sociológico.

Uma das novidades introduzida pelos *Errantes* foi o fato do autor não seguir exclusivamente qualquer dessas vertentes, ainda que as citasse quando necessário. As tensões de classe, os atritos fronteiriços, o catolicismo rústico são todos elementos aproveitados na análise de Monteiro, que apenas descarta o estudo de tipo “patológico”. Mas ele nega a primazia a qualquer deles individualmente e introduz dois elementos até então relativamente despercebidos nessa análise - as relações de compadrio e a literatura popular.

Duglas Teixeira Monteiro não foi o primeiro a enxergar a relevância do compadrio no episódio do Contestado, mas certamente inovou ao relacioná-lo com o contexto mais amplo de introdução de novas relações de poder entre o governo federal e as unidades administrativas menores – enxergando paralelos entre o microcosmo de Adeodato e o macrocosmo das relações do governo federal com os coronéis.

Entre as principais fontes utilizadas por Duglas, a literatura de cordel tem peso especial. O cordel fez sentir sua presença também em Canudos, para desgosto de Euclides da Cunha⁵⁰; mas o seu peso na formação mental dos sertanejos dos redutos do sul estava

⁴⁷ Idem, p.71.

⁴⁸ Idem, p.72.

⁴⁹ *O Estado*, 12 e 13/8/1916, cit. por Monteiro, idem.

⁵⁰ Cunha, op.cit. p.146 ss.; um tratamento bem distinto é dado por José Calasans. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro. Contribuição ao estudo da campanha de Canudos*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1950.

para ser identificado claramente. Não obstante as remissões de Duglas Teixeira Monteiro, num sentido mais amplo o papel da literatura de cordel no imaginário dos movimentos messiânicos nacionais ainda está por ser investigado - quem o fizer terá à disposição um grande tema.

O grande tema cultural animador dos livros de cordel lidos pelos combatentes do Contestado, e ao qual Duglas dá grande destaque, é o da gesta carolíngia enxergada em termos de elemento lúdico, na chave proposta por Johan Huizinga⁵¹.

“O hábito da leitura não constituiria fato extraordinário e o problema é saber que espécie de livro merecia a predileção dos velhos brasileiros de outrora”. Assim define Luis da Câmara Cascudo a questão do consumo de livros no Brasil dos sécs.XVI-XIX⁵². Este é um tema ainda por estudar, mas ao qual Duglas dedica atenção especial. O tema do livrinho notável que inspirou boa parte da condução da luta do Contestado, a *História de Carlos Magno* eram

*as proezas do invencível Bernardo del Carpio, as felizes respostas de Bertoldo, as simplicidades de Bertoldinho e as astúcias de Cacasseno, a virtuosa senhora Dona Francisca do Algarve, os Três Corcovados de Setúbal, Confissão do Marujo Vicente, todos vindos de Portugal, com a louça azul de Macau e a farinha do Reino, e todos editados depois de 1840 no Rio de Janeiro na casa Laemmert*⁵³.

O uso de nomes dos personagens da história de Carlos Magno pelos rebeldes do Contestado é fato bem conhecido. O peso da literatura de cavalaria no interior do Brasil é inversamente proporcional à sua decadência na Europa: a *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França* foi, até poucos anos, o mais conhecido no interior do Brasil. Menos nos centros urbanos do que nas fazendas de gado, onde era, por vezes, o único livro impresso da casa, em velhas edições portuguesas. No centro da trama estava Bernardo del Carpio, invencível, espécie de *Superman avant la lettre*. No entanto, Roldão e Oliveiros tiveram maiores simpatias populares⁵⁴.

A origem do volume é controversa: parece dar-se numa história muito popular no fim do séc.XIII, *Fierabrás*, que envolve a batalha e prisão dos Doze Pares por pelo personagem-título, filho do almirante Balão e rei de Alexandria; Floripes ou Floripa, filha

⁵¹ Cf. Marlyse Meyer. “Le thème de chrétiens et maures dans le folklore brésilien”. Comunicação apresentada no colóquio “Les barbaresques au XVIIIe siècle”. Ste.Auxoise, maio 1972 (ms), ao qual não tive acesso.

⁵² *Cinco livros do povo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. P.21.

⁵³ Idem, p.23.

do emir, apaixonou-se por um deles e pediu a sua liberdade. Segue-se a conversão ao catolicismo, etc.. Discute-se se era poema autônomo ou parte de outro, sobre a destruição de Roma, hoje perdido. Surge em castelhano no séc.XVI, com o título de *Historia del Imperador Carlomagno y de los Doce Pares de Francia: e de la cruda batalla que hubo Oliveros com Fierabrás, rey de Alexandria, hijo del grande almirante Balán*, edição de Jacó Cromberger, alemão, Sevilha, 25 de abril de 1525. Menéndez y Pelayo crê na existência de muitas outras edições anteriores, e que a tradução para o francês foi feita por um Nicolás de Piamonte; ele aproveitara uma versão em prosa do Fierabrás, de 1478.

A primeira edição portuguesa é de 1615, Lisboa, por Domingos Fonseca; compõe-se de fôlio de 30 folhas, com 2 colunas. A tradução portuguesa será apenas no séc.XVIII, de Jerônimo Moreira de Carvalho, Físico-Mor do Algarve, que também traduziria *Roberto do Diabo* em 1733. A da *História de Carlos Magno* é de 1728, in-8º; houve outra em Coimbra, 1732, também in-8º. Jerônimo ampliou a história original, publicando em 1737 outro volume com as andanças de Boiardo e Ariosto; a crônica castelhana foi traduzida e ampliada pelo reverendo protonotário apostólico Alexandre Gaetano Gomes Flaviense, de Chaves, doutor em teologia, com o título: *Verdadeira terceira parte da história de Carlos Magno, em que se escrevem as gloriosas ações e vitórias de Bernardo del Carpio. E de como venceu em batalha os Doze Pares de França, com algumas particularidades dos príncipes de Hispânia, seus povoadores de reis primeiros*. Lisboa, escrita pelo referido padre, 1745, in-8º. O impressor Simão Tadeu Ferreira acrescentou essa terceira parte as duas de Jerônimo.

Para efeito do livro que nos interessa aqui, o mesmo protonotário reuniu as proezas carolíngias na versão definitiva: *História nova do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França: contém a grande batalha que teve com Malco, rei de Fez, a qual venceu Reinaldo de Montalvão, e dos muitos trabalhos que este padeceu por traição de Galalão, sendo sempre leal, constante na fé, e melhor dos Doze Pares*. Lisboa, 1789. Este era o “Carlos Magno comentado”, muito lido em princípios do séc.XIX⁵⁵.

Duglas Teixeira Monteiro não foi o primeiro a reconhecer o peso da literatura popular de cavalaria no levante: um jornal da época afirma que o livro predileto do “indolente e ignorante” caboclo paranaense é a *História de Carlos Magno*,

⁵⁴ Idem, p.441.

⁵⁵ Idem, pp.443-445.

*que entusiasma e alucina o seu espírito primitivo com aventuras extraordinárias de heróis invencíveis, homens que sozinhos atacam e derrotam exércitos aguerridos. E o caboclo acredita piamente nas façanhas de Roldão, e admira maravilhado a bravura cavalheirosa de Oliveiros [...]*⁵⁶

A *História de Carlos Magno* (à qual não tive acesso direto) dá notícia de que

*Carlos Magno tinha três condições virtuosas. A primeira era fazer a todos igual justiça, sem que ninguém se queixasse. A segunda, ouvir e responder a todos com paciência, e a terceira era ser manso e pacífico no falar e repreender [...] Mandava Carlos Magno ensinar a seus filhos todas as artes liberais; e em sendo capazes, os mandava ensinar a andar a cavalo com todos os manejos da cavalaria e os mandava armar de todas as armas, jogar a espada, achas de armas, lanças e justas, para que fossem destros nas armas e guerra, e finalmente os fazia exercitar em todo o gênero de armas e peleja*⁵⁷.

A importância da literatura de cavalaria surge em documentos dos próprios habitantes dos redutos, que emprestam relevância particular à observância das “formas”.

Não sendo intenção primeira de Duglas a análise exclusiva do papel da gesta carolíngia no Contestado, ele é relativamente breve em sua análise. Mas vale a pena nos determos em suas considerações.

Como já vimos acima, Duglas compreende a identidade cultural dos sertanejos em termos simbólicos e lúdicos (Huizinga). É também sob esses dois aspectos que devemos analisar a relação entre a monarquia (de cordel/real) e o ideário dos revoltosos. Duglas nos lembra que é sob três aspectos “bem comprovados” somente que se pode estabelecer ligações entre a lenda de Carlos Magno e dos Doze Pares de França e o Contestado; são eles, em primeiro lugar, a existência efetiva de um corpo militar separado, dentro do conjunto das forças rebeldes, denominados “Doze Pares de França”; em segundo, sabe-se que José Maria fazia leituras públicas de trechos da obra; e por fim e mais importante, um dos rebeldes capturados informou que existia a crença, nos redutos do Contestado, de que “ia fazer mil anos da guerra de Carlos Magno”, e que os tempos estavam maduros para a guerra de São Sebastião⁵⁸. Esta última afirmação reveste-se de singular importância em minha opinião, pois revela uma visão milenarista absolutamente original – o milênio como

⁵⁶ *O Paraná* (Ponta Grossa), 21/2/1914. Cit. por Jean-Claude Bernardet. *Guerra camponesa no Contestado*. São Paulo: Global, 1979. P.55.

⁵⁷ Cit. por Bernardet, op.cit. pp.30-32.

⁵⁸ Monteiro, op.cit. pp.111-119. É de se notar ainda que segundo Monteiro, diversos informantes referiam-se alternativamente aos Doze Pares de França como “Doze Pares de São Sebastião”, reforçando as simbioses entre personagens míticos no Contestado.

em vias de conclusão, sendo contado não a partir de Jesus Cristo, mas tendo por marco um personagem secular como Carlos Magno.

Mesmo levando em conta o caráter lúdico das atividades dos rebeldes, sublinhado primeiramente por Maria Isaura Pereira de Queiroz e, em segundo lugar, por Duglas Teixeira Monteiro, este último afirma que a leitura pública da *História de Carlos Magno* devia ter importância ritual que fosse além do mero entretenimento⁵⁹. Vários aspectos das relações de compadrio, passadas ou presentes também são identificados por Duglas na versão do texto utilizada pelos sertanejos – as relações entre os “pares” são de iguais ou potencialmente iguais; e Carlos Magno, que surge como uma espécie de “coronel” de seus pares, sente-se obrigado a vingar os que supõe falecidos: “Com que cara hei de falar com os parentes dos mortos?”⁶⁰

A idealização do tempo presente em termos míticos pelos sertanejos está fora de dúvida – encontra-se bem sintetizada no documento que dá nome ao livro de Duglas, a “Carta de Jesus Cristo para dar conselho aos errantes do novo século”:

*Carta de Jesus Cristo para dar conselho aos errantes do novo século, o qual apareceu no mundo para livrar pecadores das penas do inferno que estão merecendo pelos grandes erros que estão cometendo. Jamais ninguém adoram santo. Jamais ninguém tem piedade dos necessitados até pela ambição perderam amizade de seus próprios pais, enfim há uma tão horrenda contrariedade entre o povo [...]*⁶¹

A nostalgia da ordem pretérita, para a qual a gesta carolíngia fornece uma “história”, não se esgota na contemplação da idade de ouro; como vimos anteriormente, o compromisso redentor dos sertanejos do Contestado implicava ao mesmo tempo numa ruptura radical com o presente – tão radical a ponto de fazer Adeodato assassinar seu padrinho. A tensão escatológica entre o retorno à inocência perdida e a necessidade imperiosa de rompimento imediato com as amarras deste mundo se faz sentir em todos os movimentos milenaristas. Aqui também a originalidade de Duglas se mostra em localizar a tensão em meio a elementos lúdicos e lendo, com grande atenção, nas entrelinhas do cordel de Carlos Magno. Ao fazê-lo, Duglas segue os passos de Ricoeur e mostra que, longe de ser incompatível com a assepsia hospitalar do mundo do progresso, a imaginação sertaneja se reapropriou do mito dando-lhe feição nova. A esse respeito, é significativa a alusão da “proclamação” do “imperador constitucional” Manoel a respeito do uso da aviação. Indivíduos apenas retrógrados e que imaginem o

⁵⁹ Idem, p.113.

⁶⁰ Idem, p.116.

⁶¹ Idem, p.253. Nessa e noutras passagens modifiquei ligeiramente os erros ortográficos dos originais.

presente como carnavalização da monarquia não atentariam jamais para as possibilidades técnicas do progresso.

Conclusão: longe da complacência litorânea, Duglas buscou entender as referências internas dos sertanejos do Contestado. Ele próprio representante dos valores rejeitados pelos sertanejos do Contestado, não deixou por isso de enxergar o mundo por meio de suas lentes:

Numa simplificação comum, entende-se, às vezes, que a adição da escola à profilaxia sanitária resulta necessariamente num progresso e num mundo cada vez mais secularizado e asséptico⁶².

Segundo Duglas, seriam três as fases relevantes para a explicação do Contestado:

1. A ordem pretérita (unidade ideológica assentada basicamente no catolicismo rústico);
2. O desencantamento do mundo (crise do mandonismo local);
3. O reencantamento do mundo.

É na última fase que reside o material mais fascinante e ao mesmo tempo mais escasso e de mais difícil entendimento: a gesta carolíngia, as formas, a ação da virgem Maria Rosa. Mas é também aqui que o gênio de Duglas se manifesta, ao conseguir enquadrar todos esses elementos nos termos das referências ao mandonismo local e ao catolicismo rústico: ao fazê-lo em chave huizinguiana / weberiana gerou um dos trabalhos mais notáveis e infelizmente, menos difundidos da historiografia nacional.

⁶² Idem, p.13.